Produzir

Rio+20 e o agronegócio



Cesário Ramalho da Silva*

É CONSENSO entre as lideranças do agronegócio nacional que o setor deve aproveitar a Rio+20, que será realizada em junho deste ano, 20 anos após a conferência Rio 92, evento que deu início às conferências sobre o clima (COP), para demonstrar as ações colocadas em prática para o desenvolvimento sustentável do País. Durante o ano, o setor produtivo preparará propostas e as encaminhará aos negociadores brasileiros que se juntarão às demais delegações oficiais de 193 países no Rio de Janeiro.

E temos muito a dizer, porque o Brasil preserva suas imensas florestas e sua rica biodiversidade e tem a matriz energética mais limpa do mundo. Lembraremos ao mundo que o Brasil já é, e continuará sendo, um marco de referência em preservação, com 60% de cobertura vegetal nativa, enquanto outros países não chegam a 10%, em média.

E a reforma do Código Florestal, aprovada no Senado, reforça esta situação privilegiada. As novas determinações recuperarão Áreas de Preservação Permanente (APPs) ripárias, que compreendem as matas ciliares, e as Reservas Florestais. O Brasil executará o maior projeto ambiental do mundo, reflorestando algo como 30 milhões de hectares.

Apesar dos grandes sucessos ambientais que o País alcançou, a pressão de blocos econômicos e países que não souberam preservar o seu meio ambiente continua cada vez mais forte, como mostraram as manifestações contra o Brasil levadas a efeito na Conferência do Clima de Durban, a COP-17, contra nossa nova legislação florestal. Fica claro que o problema não é ambiental. É, antes de tudo, uma guerra comercial que usa como arma ONGs internacionais.

O ponto principal para as mudanças climáticas é a opção energética utilizada no mundo, carvão e petróleo. Enquanto a humanidade continuar usando o carbono fóssil, hoje retido nestes dois minerais, continuará aumentando a presença de CO_2 na atmosfera. Este é o motivo do insucesso dos acordos internacionais relativos às mudanças climáticas. A substituição do petróleo e carvão depende de novas tecnologias e de profundas alterações na economia. O petróleo do pré-sal, por exemplo, emitirá mais gases de efeito estufa que se todas as florestas brasileiras fossem queimadas. As atividades industriais e a queima de combustíveis fósseis são responsáveis por 66% das emissões, enquanto a agricultura apenas 20%. Sabemos que o desmatamento no Brasil é inferior à regeneração natural das florestas, menos de 0, 008% do território brasileiro.

Com os enormes interesses econômicos ligados ao carvão e ao petróleo, é ótimo negócio jogar a culpa das mudanças climáticas na agricultura brasileira e no desmatamento, com a vantagem de eliminar do mercado um competidor que incomoda.

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), por exemplo, criou uma campanha de desmatamento zero, e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency - EPA) confirmou, em 2010, que o etanol de cana-de-açúcar é um biocombustível renovável de baixo carbono e que pode contribuir de forma significativa para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. A campanha pelo desmatamento zero é um equívoco, porque, se não ocuparmos de forma ambientalmente responsável o norte da Amazônia, o Brasil perderá grande parte de seu território para outras potências e aí, sim, haverá desmatamento.

A tendência dos segmentos do agro brasileiro é apresentar as conquistas tecnológicas que levam ao aumento da produção sem aumento da área. É claro que estas conquistas devem ser mostradas, mas a repercussão disso na opinião pública tem sido pequena. É natural. O que dá manchete é desastre e notícia ruim.

Por esses motivos, o evento deste ano é extremamente propício para que o agro brasileiro faça uma revolução em sua estratégia de comunicação. Principalmente em duas áreas: proteção de florestas e biodiversidade.

Precisamos criar audiovisuais educativos e populares sobre biodiversidade e florestas, comparando a situação no Brasil com a do resto do mundo. Quando essa questão é levantada nos fóruns internacionais, a resposta-padrão é que os países desenvolvidos, a Índia, a China e outros terem acabado com suas florestas não é desculpa para o Brasil fazer o mesmo. É só um jeito esperto de fugir do problema. Nunca pretendemos acabar com nossas florestas. Além disso, nada impede que outros países criem seus programas de restauração de florestas e de áreas intocáveis para a proteção da biodiversidade, de maneira que a responsabilidade pela proteção do planeta não fique exclusivamente nas nossas costas, como tem acontecido até agora.

Precisamos aproveitar a Rio+20 para mudar a comunicação do governo e do agro brasileiro. Mostrar a verdade a todos. ■

* Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira